

| REGIME DE TRAMITAÇÃO |              |
|----------------------|--------------|
| ORDINÁRIA            |              |
| Comissão             | Data/entrada |
| CTASP                | 06/03/97     |
| CCJR                 | 27/08/97     |
|                      |              |
|                      |              |
|                      |              |
|                      |              |
|                      |              |

| APENSACÕES |  |
|------------|--|
|            |  |
|            |  |
|            |  |
|            |  |
|            |  |
|            |  |
|            |  |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

| PRAZO/EMENDAS |          |
|---------------|----------|
| Comissão      | Início   |
| CCJR          | 09/09/97 |
| ESTRUT.M.001  | 16/09/97 |
|               |          |
|               |          |
|               |          |
|               |          |
|               |          |

(DO SR. SANDRO MABEL)

ASSUNTO:

Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

DESPACHO: 20/02/97 - (AS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

em 06 de março de 1997

À Com. de Trab., de Adm. e Serv. Público

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Dep. Milton Mendes, em 17/04/1997

O Presidente da Comissão de Trabalho, de Adm. e Serv. Público

Ao Sr. 420X510 NUNES, em 09.09.1997

O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 2.775 DE 19 97





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

1

|      |       |      |                          |     |              |     |      |                             |
|------|-------|------|--------------------------|-----|--------------|-----|------|-----------------------------|
| CASA | LOCAL | TIPO | IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA |     | DATA DA AÇÃO |     |      | RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO |
| CD   | CTASP | PL   | NÚMERO                   | ANO | DIA          | MÊS | ANO  | Valéria                     |
|      |       |      | 2.775                    | 97  | 20           | 08  | 1997 |                             |

|                                                              |
|--------------------------------------------------------------|
| DESCRIÇÃO DA AÇÃO                                            |
| PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR, DEP. MILTON MENDES, COM EMENDA |
|                                                              |
|                                                              |
|                                                              |

SGM 3.21.03.025-7 (DEZ./94)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

2

|      |       |      |                          |      |              |     |      |                             |
|------|-------|------|--------------------------|------|--------------|-----|------|-----------------------------|
| CASA | LOCAL | TIPO | IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA |      | DATA DA AÇÃO |     |      | RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO |
| CD   | CTASP | PL   | NÚMERO                   | ANO  | DIA          | MÊS | ANO  | Leila                       |
|      |       |      | 2.775.A                  | 1997 | 27           | 08  | 1997 |                             |

|                       |
|-----------------------|
| DESCRIÇÃO DA AÇÃO     |
| - ENCAMINHADO A CCJR. |
|                       |
|                       |
|                       |

SGM 3.21.03.025-7 (DEZ./94)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

|      |       |      |                          |     |              |     |     |                             |
|------|-------|------|--------------------------|-----|--------------|-----|-----|-----------------------------|
| CASA | LOCAL | TIPO | IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA |     | DATA DA AÇÃO |     |     | RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO |
| CD   |       |      | NÚMERO                   | ANO | DIA          | MÊS | ANO |                             |

|                   |
|-------------------|
| DESCRIÇÃO DA AÇÃO |
|                   |
|                   |
|                   |
|                   |

SGM 3.21.03.025-7 (DEZ./94)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

|      |       |      |                          |     |              |     |     |                             |
|------|-------|------|--------------------------|-----|--------------|-----|-----|-----------------------------|
| CASA | LOCAL | TIPO | IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA |     | DATA DA AÇÃO |     |     | RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO |
| CD   |       |      | NÚMERO                   | ANO | DIA          | MÊS | ANO |                             |

|                   |
|-------------------|
| DESCRIÇÃO DA AÇÃO |
|                   |
|                   |
|                   |
|                   |

SGM 3.21.03.025-7 (DEZ./94)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.775, DE 1997  
(DO SR. SANDRO MABEL)



Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

(AS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões: Art. 24, II  
Trabalho, de Adm. e Serviço Público  
Const. e Justiça e de Redação (Art. 54, RI)  
Em 20/02/97  
PRESIDENTE

**PROJETO DE LEI Nº 2775, DE 1997**  
(Do Sr. SANDRO MABEL)

**ORDINÁRIA**

*art. 12*  
*i* Altera a Redação  
do Inciso III do Artigo 12 da Lei  
nº 8934, de 18 de novembro de 1994, que  
dispõe sobre o Registro Público  
de Empresas Mercantis e  
Atividades Afins. *M*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O §§ III do Art. 12 da Lei 8934 de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12º.....

III - *Quatro vogais* e respectivos suplentes representando, respectivamente, a classe dos Advogados, a dos Economistas, a dos Contadores e a dos *Administradores de Empresa*, todos mediante indicação, em lista triplíce, do Conselho Seccional ou Regional do Órgão Corporativo destas categorias profissionais;

Art. 2º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Presente Lei vem acabar com a injustiça feita aos Administradores de Empresa, que com como se sabe tem tudo a ver com a constituição de Empresas e que por esquecimento ainda não tem representantes nas Juntas Comerciais na Condição de Vogal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

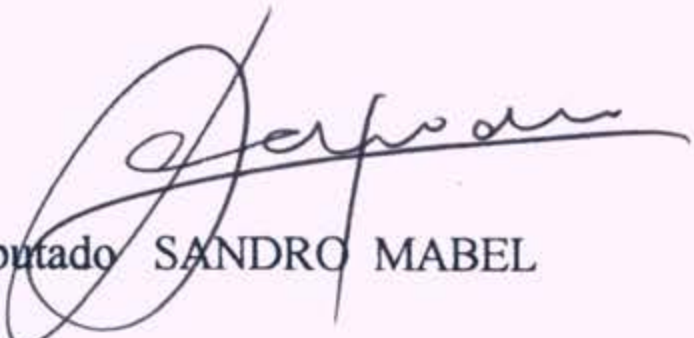


Hoje em dia não se concebe mais uma Empresa que não conte no seu quadro de funcionários com um Administrador de Empresas ou que tenha um consultor para dirimir as dúvidas sobre a execução dos serviços administrativos.

Portanto não se concebe que as juntas comerciais não contêm no seu plenário com representantes dos Administradores de Empresa entre os seus vogais, para junto as demais classes representadas, possam cada vez mais aprimorar e melhorar o excelente serviço prestado pelas Juntas Comerciais existentes.

Conto com o apoio dos meus nobres pares nesta Casa para a aprovação desta Proposição, que virá reparar mais uma injustiça.

Sala das Sessões, em 20 de *FEV* de 1997

  
Deputado SANDRO MABEL

*M*





## LEI 8.934 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994

DISPÕE SOBRE O REGISTRO PÚBLICO DE  
EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES  
AFINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### TÍTULO I

Do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins

### CAPÍTULO I

Das Finalidades e da Organização

.....

### SEÇÃO II

Da Organização

.....

### SUBSEÇÃO II

Das Juntas Comerciais

.....

Art. 12 - Os Vogais e respectivos suplentes serão escolhidos da seguinte forma:

I - a metade do número de Vogais e suplentes será designada mediante indicação de nomes, em listas tríplexes, pelas entidades patronais de grau superior e pelas Associações Comerciais, com sede na jurisdição da Junta;

II - um Vogal e respectivo suplente, representando a União Federal, por nomeação do Ministro de Estado da Justiça;

III - três Vogais e respectivos suplentes, representando, respectivamente, a classe dos advogados, a dos economistas e a dos contadores, todos mediante indicação, em lista tríplex, do Conselho Seccional ou Regional do órgão corporativo destas categorias profissionais;

IV - os demais vogais e suplentes serão designados, no Distrito Federal, por livre escolha do Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo; e, nos Estados, pelos respectivos Governadores.



**"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"**



§ 1º - Os Vogais e respectivos suplentes de que tratam os incisos II e III deste artigo ficam dispensados da prova do requisito previsto no inciso III do Art. 11, mas exigir-se-á a prova de mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício da profissão em relação aos Vogais e suplentes de que trata o inciso III.

§ 2º - As listas referidas neste artigo devem ser remetidas até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato, caso contrário será considerada, com relação a cada entidade que se omitir na remessa, a última lista que não inclua pessoa que exerça ou tenha exercido mandato de Vogal.

.....  
.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

## TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

### PROJETO DE LEI Nº 2.775/97

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 02/04/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, em 10 de abril de 1997.

  
Talita Yeda de Almeida  
Secretária





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO**

**Projeto de Lei nº 2.775, de 1997**

*Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.*

**Autor:** Deputado Sandro Mabel

**Relator:** Deputado Milton Mendes

**1. Relatório.**

O Projeto de Lei nº 2.775/97, de autoria do Deputado Sandro Mabel, trata de acrescentar na composição das Juntas Comerciais, Vogal oriundo do Conselho Profissional dos Administradores de Empresas, que passaria a ter o mesmo tratamento dos advogados, dos economistas e dos contadores.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

**2. Voto.**

Trata-se de ampliar, quantitativa e qualitativamente, a composição das Juntas Comerciais previstas na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins e dá outras providências".





É justa e atual a intenção do autor do Projeto de Lei em epígrafe, o ilustre Deputado SANDRO MABEL, vez que as alterações que vêm ocorrendo na economia e nas relações entre empresas e Estado têm sido objeto de debates entre os profissionais e estudiosos da área da Administração que engloba, de certa forma, assuntos ligados à administração pública.

Neste sentido, a incorporação às Juntas Comerciais de representante dos Administradores pode gerar uma maior qualidade aos serviços das Juntas Comerciais.

Entretanto, embora sem alterar o conteúdo e o valor da iniciativa, cumpre-nos apontar a necessidade inarredável de uma modificação redacional, com o objetivo de adequar, convenientemente, o texto à amplitude da categoria, ora inserida, pelo Projeto de Lei, à composição das Juntas Comerciais.

De fato, a proposta especifica ***“Administradores de Empresa”***, espécie do gênero ***“ADMINISTRADOR”***, segundo denominação estabelecida pela Lei nº 7.321/85, que contempla outras espécies de profissionais além dos administradores de empresa. Portanto, até para não restringir o alcance que pretendeu o Eminentíssimo Deputado autor do Projeto, conclui-se ser essencial a supressão das expressões “de Empresa”, constantes da proposta primitiva, permanecendo, apenas e tão somente, a expressão ***“ADMINISTRADORES”***, mantendo-se inalterados os demais termos do Projeto.

Na realidade, tal sugestão decorreu de alguns debates que o Relator promoveu com vários setores, inclusive lideranças dos Administradores, especialmente com integrantes do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA, os quais, depois de inúmeras consultas e discussões, até mesmo a nível nacional, reconheceram a relevância do Projeto e consideraram extremamente importante a alteração ora apresentada, sobretudo em razão das várias espécies e denominações da categoria, inclusive resultantes da diversidade dos cursos no campo da administração.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Naturalmente, pela dimensão e objetividade da iniciativa, dispensáveis são quaisquer outros comentários a respeito, impondo-se, até mesmo por economia, a sua aprovação, para implementação imediata, com a supressão das expressões acima explicitadas.

Face a estas razões, declaramos nosso voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.775, de 1997, com a alteração proposta, inserta na emenda supressiva em apenso.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 1997.



**Deputado Milton Mendes**  
**Relator**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇOS  
PÚBLICOS**

**Projeto de Lei nº 2.775, de 1997**  
(Do Sr. Sandro Mabel)

*Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934,  
de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro  
Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.*

**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se a expressão “de Empresas” do inciso III, do Art.12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, previsto no art.1º do Projeto de Lei nº 2.775, de 1997.

Justificativa

A alteração proposta por esta emenda é de caráter unicamente redacional, vez que os Conselhos Regionais dos Administradores têm entendido que o administrador é um gênero, e o administrador de empresas uma das possibilidades profissionais; neste sentido, o exemplo do Conselho Regional de Administração do Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 1997

Deputado Milton Mendes  
Relator







CÂMARA DOS DEPUTADOS  
**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**  
**50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**PROJETO DE LEI Nº 2.775, DE 1997**

**PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, **APROVOU**, unanimemente, com emenda, o Projeto de Lei nº 2.775/97, nos termos do parecer do Relator, Deputado Milton Mendes.

Estiveram presentes os senhores Deputados Osvaldo Biolchi, Presidente; Arlindo Vargas, Jair Meneguelli e Zaire Rezende, Vice-Presidentes; Arnaldo Madeira, Pinheiro Landim, Paulo Rocha, José Pimentel, Noel de Oliveira, Osmir Lima, Sandro Mabel, Benedito Domingos, Milton Mendes, Eraldo Trindade, Benedito Guimarães, Wilson Braga, Miguel Rossetto, Luciano Castro, Jovair Arantes, Agnelo Queiroz, Mendonça Filho, Zila Bezerra e Valdomiro Meger.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 1997.

  
Deputado **ARLINDO VARGAS**  
Vice-Presidente no exercício  
da presidência





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI Nº 2.775, DE 1997

EMENDA ADOTADA - CTASP

Suprima-se a expressão "de Empresas" do inciso III, do Art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, previsto no art. 1º do Projeto de Lei nº 2.775, de 1997.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 1997.

  
Deputado **ARLINDO VARGAS**  
Vice-Presidente no exercício  
da Presidência





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 2.775-A, DE 1997

(Do Sr. Sandro Mabel)

Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

### SUMÁRIO

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do Relator
  - emenda oferecida pelo Relator
  - parecer da Comissão
  - emenda adotada pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O §§ III do Art. 12 da Lei 8934 de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12º.....

III - *Quatro vogais* e respectivos suplentes representando, respectivamente, a classe dos Advogados, a dos Economistas, a dos Contadores e a dos *Administradores de Empresa*, todos mediante indicação, em lista triplíce, do Conselho Seccional ou Regional do Órgão Corporativo destas categorias profissionais;

Art. 2º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

### JUSTIFICAÇÃO

A Presente Lei vem acabar com a injustiça feita aos Administradores de Empresa, que com como se sabe tem tudo a ver com a constituição de Empresas e que por esquecimento ainda não têm representantes nas Juntas Comerciais na Condição de Vogal.



Hoje em dia não se concebe mais uma Empresa que não conte no seu quadro de funcionários com um Administrador de Empresas ou que tenha um consultor para dirimir as dúvidas sobre a execução dos serviços administrativos.

Portanto não se concebe que as juntas comerciais não contêm no seu plenário com representantes dos Administradores de Empresa entre os seus vogais, para junto as demais classes representadas, possam cada vez mais aprimorar e melhorar o excelente serviço prestado pelas Juntas Comerciais existentes.

Conto com o apoio dos meus nobres pares nesta Casa para a aprovação desta Proposição, que virá reparar mais uma injustiça.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 1997

  
Deputado SANDRO MABEL

**"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"  
LEI 8.934 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994**

**DISPÕE SOBRE O REGISTRO PÚBLICO DE  
EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES  
AFINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**TÍTULO I**

**Do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins**

**CAPÍTULO I**

**Das Finalidades e da Organização**

**SEÇÃO II**

**Da Organização**

**SUBSEÇÃO II**

**Das Juntas Comerciais**

Art. 12 - Os Vogais e respectivos suplentes serão escolhidos da seguinte forma:

I - a metade do número de Vogais e suplentes será designada mediante indicação de nomes, em listas triplices, pelas entidades patronais de grau superior e pelas Associações Comerciais, com sede na jurisdição da Junta;

II - um Vogal e respectivo suplente, representando a União Federal, por nomeação do Ministro de Estado da Justiça;

III - três Vogais e respectivos suplentes, representando, respectivamente, a classe dos advogados, a dos economistas e a dos contado-



res, todos mediante indicação, em lista tríplice, do Conselho Seccional ou Regional do órgão corporativo destas categorias profissionais;

IV - os demais vogais e suplentes serão designados, no Distrito Federal, por livre escolha do Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo; e, nos Estados, pelos respectivos Governadores.

§ 1º - Os Vogais e respectivos suplentes de que tratam os incisos II e III deste artigo ficam dispensados da prova do requisito previsto no inciso III do Art. 11, mas exigir-se-á a prova de mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício da profissão em relação aos Vogais e suplentes de que trata o inciso III.

§ 2º - As listas referidas neste artigo devem ser remetidas até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato, caso contrário será considerada, com relação a cada entidade que se omitir na remessa, a última lista que não inclua pessoa que exerça ou tenha exercido mandato de Vogal.

.....  
 .....  
**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**  
**50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**

**TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS**

**PROJETO DE LEI Nº 2.775/97**

Nos termos do art. 119, *caput*, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 02/04/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, em 10 de abril de 1997.

  
 Talita Yeda de Almeida  
 Secretária

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO**

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 2.775/97, de autoria do Deputado Sandro Mabel, trata de acrescentar na composição das Juntas Comerciais, Vogal oriundo do Conselho Profissional dos Administradores de Empresas, que passaria a ter o mesmo tratamento dos advogados, dos economistas e dos contadores.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.



## II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de ampliar, quantitativa e qualitativamente, a composição das Juntas Comerciais previstas na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins e dá outras providências".

É justa e atual a intenção do autor do Projeto de Lei em epígrafe, o ilustre Deputado SANDRO MABEL, vez que as alterações que vêm ocorrendo na economia e nas relações entre empresas e Estado têm sido objeto de debates entre os profissionais e estudiosos da área da Administração que engloba, de certa forma, assuntos ligados à administração pública.

Neste sentido, a incorporação às Juntas Comerciais de representante dos Administradores pode gerar uma maior qualidade aos serviços da Juntas Comerciais.

Entretanto, embora sem alterar o conteúdo e o valor da iniciativa, cumpre-nos apontar a necessidade inarredável de uma modificação redacional, com o objetivo de adequar, convenientemente, o texto à amplitude da categoria, ora inserida, pelo Projeto de Lei, à composição das Juntas Comerciais.

De fato, a proposta específica "*Administradores de Empresa*", espécie do gênero "*ADMINISTRADOR*", segundo denominação estabelecida pela Lei nº 7.321/85, que contempla outras espécies de profissionais além dos administradores de empresa. Portanto, até para não restringir o alcance que pretendeu o Eminentíssimo Deputado autor do Projeto, conclui-se ser essencial a supressão das expressões "de Empresa", constantes da proposta primitiva, permanecendo, apenas e tão somente, a expressão "*ADMINISTRADORES*", mantendo-se inalterados os demais termos do Projeto.

Na realidade, tal sugestão decorreu de alguns debates que o Relator promoveu com vários setores, inclusive lideranças dos Administradores, especialmente com integrantes do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA, os quais, depois de inúmeras consultas e discussões, até mesmo a nível nacional, reconheceram a relevância do Projeto e consideraram extremamente importante a alteração ora apresentada, sobretudo em razão das várias espécies e denominações da categoria, inclusive resultantes da diversidade dos cursos no campo da administração.

Naturalmente, pela dimensão e objetividade da iniciativa, dispensáveis são quaisquer outros comentários a respeito, impondo-se, até mesmo por economia, a sua aprovação, para implementação imediata, com a supressão das expressões acima explicitadas.



Face a estas razões, declaramos nosso voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.775, de 1997, com a alteração proposta, inserta na emenda supressiva em apenso.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 1997.

  
Deputado Milton Mendes  
Relator

### EMENDA OFERECIDA PELO RELATOR

#### EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a expressão "de Empresas" do inciso III, do Art.12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, previsto no art.1º do Projeto de Lei nº 2.775, de 1997.

#### Justificativa

A alteração proposta por esta emenda é de caráter unicamente redacional, vez que os Conselhos Regionais dos Administradores têm entendido que o administrador é um gênero, e o administrador de empresas uma das possibilidades profissionais; neste sentido, o exemplo do Conselho Regional de Administração do Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 1997

  
Deputado Milton Mendes  
Relator

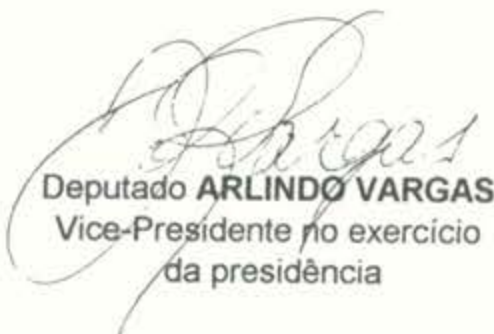
### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU, unanimemente, com emenda, o Projeto de Lei nº 2.775/97, nos termos do parecer do Relator, Deputado Milton Mendes.

Estiveram presentes os senhores Deputados Osvaldo Biolchi, Presidente; Arlindo Vargas, Jair Meneguelli e Zaire Rezende, Vice-Presidentes; Arnaldo Madeira, Pinheiro Landim, Paulo Rocha, José Pimentel, Noel de Oliveira, Osmir Lima, Sandro Mabel, Benedito Domingos, Milton Mendes, Eraldo Trindade,

Benedito Guimarães, Wilson Braga, Miguel Rossetto, Luciano Castro, Jovair Arantes, Agnelo Queiroz, Mendonça Filho, Zila Bezerra e Valdomiro Meger.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 1997.

  
Deputado **ARLINDO VARGAS**  
Vice-Presidente no exercício  
da presidência

#### EMENDA ADOTADA - CTASP

Suprima-se a expressão "de Empresas" do inciso III, do Art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, previsto no art. 1º do Projeto de Lei nº 2.775, de 1997.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 1997.

  
Deputado **ARLINDO VARGAS**  
Vice-Presidente no exercício  
da Presidência





**PROJETO DE LEI Nº 2.775-A, DE 1997  
(DO SR. SANDRO MABEL)**

Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

**SUMÁRIO**

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do Relator
  - emenda oferecida pelo Relator
  - parecer da Comissão
  - emenda adotada pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**



**TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS**

**PROJETO DE LEI Nº 2.775-A/97**

Nos termos do art. 119, caput, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas a partir de 09/09/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 1997

**SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA**  
Secretário





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**Projeto de Lei nº 2.775, de 1997**

*Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro de Empresas Mercantis e Atividades Afins.*

**Autor: Deputado Sandro Mabel**

**Relator: Deputado Aloysio Nunes  
Ferreira**

**1. Relatório**

O Projeto de Lei nº 2.775, do nobre Deputado Sandro Mabel, acrescenta, na composição das Juntas Comerciais, Vogal proveniente dos Conselhos Profissionais dos Administradores, nas mesmas condições das categorias dos advogados, dos economistas e dos contadores.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade juntamente com uma emenda supressiva, da expressão “de Empresas”.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

.O referido Projeto de Lei nº 2.775/97, foi exaustivamente debatido com representantes dos Administradores, especialmente com integrantes dos Conselhos Regionais de Santa Catarina e Goiás, e a sugestão da emenda supressiva partiu dos Conselhos.

Nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação passado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

### 2. Voto

Nos termos do art. 32, inciso III, alínea a do Regimento Interno, compete a esta Comissão a análise dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, jurisdição, regimentalidade e técnica legislativa de todas as proposições, e do mérito quando se trata de “registros públicos”( alínea g ).

O referido Projeto de Lei vem ao encontro da melhoria da composição das Juntas Comerciais, ampliando o que prevê a Lei 8.934, de 18 de novembro de 1994, a qual “dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividade afins e dá outras providências”, acrescentando mais um especialista na área com a introdução dos **Administradores**.

Em efeito, dispõe o art. 22 da Constituição Federal, que compete à União legislar, privativamente, sobre direito comercial (anexo I) e sobre registros públicos (anexo XXV), através do Congresso Nacional ( art. 48, caput), cabendo a iniciativa a qualquer membro ou Comissão, de quaisquer de suas Casas ( art. 61).

A emenda supressiva do Deputado Milton Mendes veio corroborar e melhorar a iniciativa do autor, pois hoje a carreira de administradores tem uma gama extensa de especialidades, mas todas voltadas para uma melhoria do atendimento da área.






CÂMARA DOS DEPUTADOS

Face ao exposto nosso voto é no sentido da **constitucionalidade, legalidade, juricidade, regimentalidade** do projeto de lei 2.775/97, pela sua aprovação e da emenda supressiva da CTASP, quanto a técnica legislativa a de se fazer pequeno reparo de redação oriundo da lei, conforme emenda em anexo.

Sala das Sessões,

de setembro de 1997.

**Deputado Aloysio Nunes Ferreira**  
**Relator**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**EMENDA DO RELATOR**

*Altera a redação do inciso III do art. 12 da ;Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro de Empresas Mercantis e Atividades Afins.*

Art. 1º.....

Art. 12º.....

**III - quatro vogais** e respectivos suplentes representando, a classe dos advogados, a dos Economistas, a dos Contadores e a dos *Administradores*, todos mediante indicação em lista tríplice, do Conselho Seccional ou Regional do Órgão Corporativo **dessas** categorias profissionais.

Sala das Comissões, em      de setembro de 1997.

  
**Deputado Aloysio Nunes Ferreira**  
**Relator**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.775-A, DE 1997

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 2.775-A/97 e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nos termos do parecer do Relator, Deputado Aloysio Nunes Ferreira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Henrique Eduardo Alves - Presidente, Moisés Bennesby e Marcelo Déda - Vice-Presidentes, Benedito de Lira, Mussa Demes, Ney Lopes, Osmir Lima, Paes Landim, Raul Belém, Vilmar Rocha, Aloysio Nunes Ferreira, Djalma de Almeida César, José Luiz Clerot, Sílvio Pessoa, Alzira Ewerton, Edson Silva, Luiz Máximo, Marconi Perillo, Coriolano Sales, José Genoíno, Matheus Schmidt, Nilmário Miranda, Sérgio Miranda, Adhemar de Barros Filho, Darci Coelho, Gerson Peres, Jarbas Lima, José Rezende, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Vicente Cascione, Nilson Gibson, Pedro Canedo, Jairo Azi, Paulo Gouveia, Vanessa Felipe, Ivandro Cunha Lima, Marquinho Chedid, Zaire Rezende, Celso Russomano, Hélio Bicudo, Marta Suplicy, Pedro Wilson, Luís Barbosa e Jair Bolsonaro.

Sala da Comissão, em 18 de novembro de 1997

  
Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES  
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.775-A, DE 1997

EMENDA ADOTADA - CCJR

Dê-se ao inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, proposto pelo Art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"Art. 12 .....

III - quatro vogais e respectivos suplentes representando a classe dos advogados, a dos Economistas, a dos Contadores e a dos Administradores, todos mediante indicação em lista tríplice, do Conselho Seccional ou Regional do Órgão Corporativo dessas categorias profissionais."

Sala da Comissão, em 18 de novembro de 1997

  
Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES

Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**PROJETO DE LEI Nº 2.775-B, DE 1997**  
(DO SR. SANDRO MABEL)

Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

**S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II- Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- Termo de recebimento de emendas
- Parecer do Relator
- Emenda oferecida pelo Relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão

III- Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- Termo de recebimento de emendas
- Parecer do Relator
- Emenda oferecida pelo Relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.775-B, DE 1997 (DO SR. SANDRO MABEL)**

Altera a redação do inciso III do art.12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emenda; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

(PROJETO DE LEI Nº 2.775, DE 1996, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)





CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 2.775-C, DE 1997

Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. ....

.....

III - quatro vogais e respectivos suplentes representando a classe dos Advogados, a dos Economistas, a dos Contadores e a dos Administradores, todos mediante indicação, em lista tríplice, do Conselho Seccional ou Regional do Órgão Corporativo dessas categorias profissionais;

....."



CÂMARA DOS DEPUTADOS

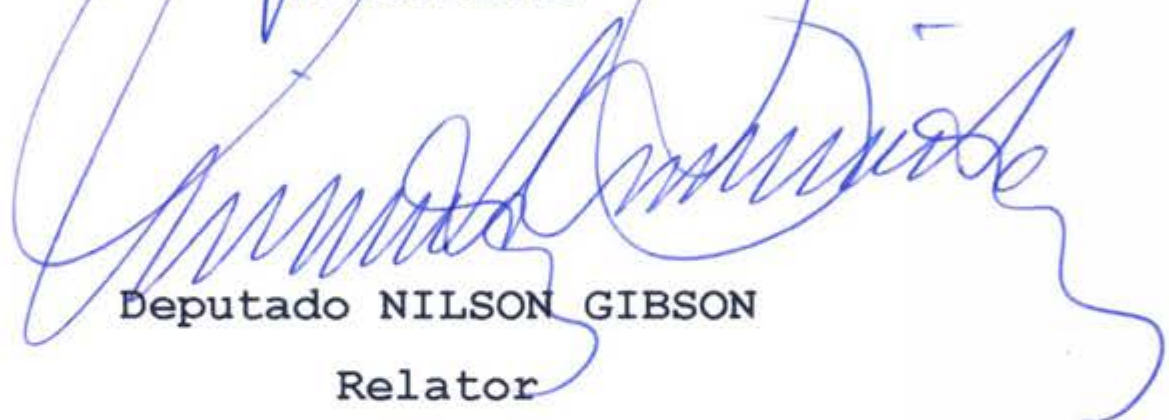


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25-11-98 .

  
Deputado JOSÉ ANÍBAL

Presidente

  
Deputado NILSON GIBSON

Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 2.775-C, DE 1997

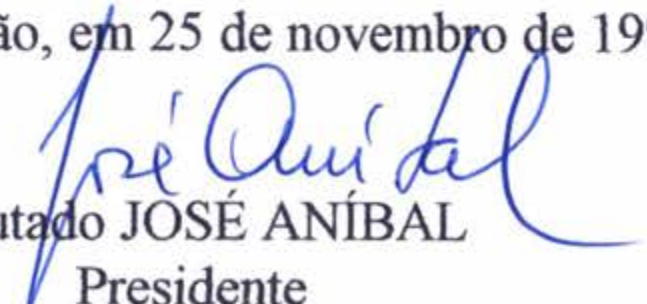
REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente a Redação Final oferecida pelo Relator, Deputado Nilson Gibson, ao Projeto de Lei nº 2.775-B/97.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

José Aníbal - Presidente, Nelson Otoch, Magno Bacelar e Sílvio Pessoa - Vice-Presidentes, Benedito de Lira, Darci Coelho, Mussa Demes, Ney Lopes, Raul Belém, Vilmar Rocha, Aloysio Nunes Ferreira, Alzira Ewerton, Edson Silva, Vicente Arruda, Zulaiê Cobra, Djalma de Almeida César, Freire Júnior, Henrique Eduardo Alves, José Luiz Clerot, Adhemar de Barros Filho, Emílio Assmar, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Jarbas Lima, José Rezende, Aldo Arantes, Arlindo Chinaglia, Coriolano Sales, José Genoíno, José Machado, Luiz Eduardo Greenhalgh, Nilson Gibson, Antonio Balhmann, Cláudio Cajado, Corauci Sobrinho, Jairo Azi, Paulo Gouvêa, Luiz Piauhyllino, Bonifácio de Andrada, Moisés Bennessby, Roberto Valadão, Wagner Rossi, Jair Bolsonaro, Jair Soares, Joana D'Arc e Marta Suplicy.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 1998

  
Deputado JOSÉ ANÍBAL  
Presidente



**EMENTA** Altera a redação do inciso III do Artigo 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.  
(Incluindo os Administradores de Empresa dentre os vogais que compõem o Plenário da Junta Comercial).

SANDRO MABEL  
(PMDB-GO)

**ANDAMENTO**

**COMISSÕES**  
**PODER TERMINATIVO**  
Artigo 24, Inciso II  
(Res. 17/89)

PLENÁRIO

20.02.97 Fala o autor, apresentando o Projeto.

MESA

Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54)-(Art. 24, II).

PLENÁRIO

06.03.97 É lido e vai a imprimir.

DCD 22/02/97, pág. 04858, col. 01

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

06.03.97 Encaminhado à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

01.04.97 Distribuído ao relator, Dep. MILTON MENDES.

DCD 02/04/97, pág. 08426, col. 01

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

02.04.97 Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.

DCD 03/04/97, pág. 08601, col. 01

VIDE-VERSÓ.....

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no



ANDAMENTO

PL. 2.775/97

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

10.04.97 Não foram apresentadas emendas.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

20.08.97 Aprovado unanimemente o parecer favorável do relator, Dep. MILTON MENDES, com emenda (PL 2.775-A/97).

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

27.08.97 Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

09.09.97 Distribuído ao relator, Dep. ALOYSIO NUNES FERREIRA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

09.09.97 Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.

DCD 10/09/97, pág. 27487, col. 01

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

18.11.97 Aprovado unanimemente o parecer favorável do relator, Dep. ALOYSIO NUNES FERREIRA, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com emenda.

MESA (ARTIGO 24, INCISO II DO RI)

09.12.97 É lido e vai a imprimir, tendo pareceres da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emenda; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

(PL 2.775-B/97).

DCD 29/11/97, Pág. 39078, Col. 01.

Continua.....

## ANDAMENTO

14.10.98 MESA  
Prazo de 05 sessões para apresentação de recurso (artigo 132, § 2º do RI) de: 14 a 21.10.98.

11.11.98 MESA  
Of. nº SGM-P/708/98, a CCJR, encaminhando este projeto para elaboração da Redação Final, nos termos do Art. 58, § 4º do RI.

25.11.98 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Aprovada unanimemente a Redação Final, oferecida pelo RELator, Dep. NILSON GIBSON.  
(Pl. 2.775-C/97)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CEL - Seção de Sinopse

PROJETO Nº

Continuação

ANDAMENTO



# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI Nº 2.775-B, DE 1997**

### **( Do Sr. Sandro Mabel )**

Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emenda; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

(PROJETO DE LEI Nº 2.775, DE 1997, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)

### **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II- Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- Termo de recebimento de emendas
- Parecer do Relator
- Emenda oferecida pelo Relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão

III- Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- Termo de recebimento de emendas
- Parecer do Relator
- Emenda oferecida pelo Relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O §§ III do Art. 12 da Lei 8934 de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12º.....

III - *Quatro vogais* e respectivos suplentes representando, respectivamente, a classe dos Advogados, a dos Economistas, a dos Contadores e a dos *Administradores de Empresa*, todos mediante indicação, em lista triplíce, do Conselho Seccional ou Regional do Órgão Corporativo destas categorias profissionais;

Art. 2º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

### JUSTIFICAÇÃO

A Presente Lei vem acabar com a injustiça feita aos Administradores de Empresa, que com como se sabe tem tudo a ver com a constituição de Empresas e que por esquecimento ainda não têm representantes nas Juntas Comerciais na Condição de Vogal.

Hoje em dia não se concebe mais uma Empresa que não conte no seu quadro de funcionários com um Administrador de Empresas ou que tenha um consultor para dirimir as dúvidas sobre a execução dos serviços administrativos.

Portanto não se concebe que as juntas comerciais não contém no seu plenário com representantes dos Administradores de Empresa entre os seus vogais, para junto as demais classes representadas, possam cada vez mais aprimorar e melhorar o excelente serviço prestado pelas Juntas Comerciais existentes.

Conto com o apoio dos meus nobres pares nesta Casa para a aprovação desta Proposição, que virá reparar mais uma injustiça.

Sala das Sessões, em 20 de 12 de 1997

  
Deputado SANDRO MABEL

### "LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI" LEI 8.934 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994

DISPÕE SOBRE O REGISTRO PÚBLICO DE  
EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES  
AFINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### TÍTULO I

Do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins

#### CAPÍTULO I

Das Finalidades e da Organização



SEÇÃO II  
Da Organização

SUBSEÇÃO II  
Das Juntas Comerciais

Art. 12 - Os Vogais e respectivos suplentes serão escolhidos da seguinte forma:

I - a metade do número de Vogais e suplentes será designada mediante indicação de nomes, em listas tríplex, pelas entidades patronais de grau superior e pelas Associações Comerciais, com sede na jurisdição da Junta;

II - um Vogal e respectivo suplente, representando a União Federal, por nomeação do Ministro de Estado da Justiça;

III - três Vogais e respectivos suplentes, representando, respectivamente, a classe dos advogados, a dos economistas e a dos contadores, todos mediante indicação, em lista tríplex, do Conselho Seccional ou Regional do órgão corporativo destas categorias profissionais;

IV - os demais vogais e suplentes serão designados, no Distrito Federal, por livre escolha do Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo; e, nos Estados, pelos respectivos Governadores.

§ 1º - Os Vogais e respectivos suplentes de que tratam os incisos II e III deste artigo ficam dispensados da prova do requisito previsto no inciso III do Art. 11, mas exigir-se-á a prova de mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício da profissão em relação aos Vogais e suplentes de que trata o inciso III.

§ 2º - As listas referidas neste artigo devem ser remetidas até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato, caso contrário será considerada, com relação a cada entidade que se omitir na remessa, a última lista que não incluía pessoa que exerça ou tenha exercido mandato de Vogal.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.775/97

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 02/04/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, em 10 de abril de 1997.

  
Talita Yeda de Almeida  
Secretária



## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.775/97, de autoria do Deputado Sandro Mabel, trata de acrescentar na composição das Juntas Comerciais, Vogal oriundo do Conselho Profissional dos Administradores de Empresas, que passaria a ter o mesmo tratamento dos advogados, dos economistas e dos contadores.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

### II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de ampliar, quantitativa e qualitativamente, a composição das Juntas Comerciais previstas na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins e dá outras providências".

É justa e atual a intenção do autor do Projeto de Lei em epígrafe, o ilustre Deputado SANDRO MABEL, vez que as alterações que vêm ocorrendo na economia e nas relações entre empresas e Estado têm sido objeto de debates entre os profissionais e estudiosos da área da Administração que engloba, de certa forma, assuntos ligados à administração pública.

Neste sentido, a incorporação às Juntas Comerciais de representante dos Administradores pode gerar uma maior qualidade aos serviços da Juntas Comerciais.

Entretanto, embora sem alterar o conteúdo e o valor da iniciativa, cumpre-nos apontar a necessidade inarredável de uma modificação redacional, com o objetivo de adequar, convenientemente, o texto à amplitude da categoria, ora inserida, pelo Projeto de Lei, à composição das Juntas Comerciais.

De fato, a proposta especifica "*Administradores de Empresa*", espécie do gênero "*ADMINISTRADOR*", segundo denominação estabelecida pela Lei nº 7.321/85, que contempla outras espécies de profissionais além dos administradores de empresa. Portanto, até para não restringir o alcance que pretendeu o Eminentíssimo Deputado autor do Projeto, conclui-se ser essencial a supressão das expressões "de Empresa", constantes da proposta primitiva, permanecendo, apenas e tão somente, a expressão "*ADMINISTRADORES*", mantendo-se inalterados os demais termos do Projeto.



Na realidade, tal sugestão decorreu de alguns debates que o Relator promoveu com vários setores, inclusive lideranças dos Administradores, especialmente com integrantes do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA, os quais, depois de inúmeras consultas e discussões, até mesmo a nível nacional, reconheceram a relevância do Projeto e consideraram extremamente importante a alteração ora apresentada, sobretudo em razão das várias espécies e denominações da categoria, inclusive resultantes da diversidade dos cursos no campo da administração.

Naturalmente, pela dimensão e objetividade da iniciativa, dispensáveis são quaisquer outros comentários a respeito, impondo-se, até mesmo por economia, a sua aprovação, para implementação imediata, com a supressão das expressões acima explicadas.

Face a estas razões, declaramos nosso voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.775, de 1997, com a alteração proposta, inserta na emenda supressiva em apenso.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 1997.

  
Deputado Milton Mendes  
Relator

### EMENDA OFERECIDA PELO RELATOR

#### EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a expressão "de Empresas" do inciso III, do Art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, previsto no art. 1º do Projeto de Lei nº 2.775, de 1997.

#### Justificativa

A alteração proposta por esta emenda é de caráter unicamente redacional, vez que os Conselhos Regionais dos Administradores têm entendido que o administrador é um gênero, e o administrador de empresas uma das possibilidades profissionais; neste sentido, o exemplo do Conselho Regional de Administração do Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 1997

  
Deputado Milton Mendes  
Relator



## III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU, unanimemente, com emenda, o Projeto de Lei nº 2.775/97, nos termos do parecer do Relator, Deputado Milton Mendes.

Estiveram presentes os senhores Deputados Osvaldo Biolchi, Presidente; Arlindo Vargas, Jair Meneguelli e Zaire Rezende, Vice-Presidentes; Arnaldo Madeira, Pinheiro Landim, Paulo Rocha, José Pimentel, Noel de Oliveira, Osmir Lima, Sandro Mabel, Benedito Domingos, Milton Mendes, Eraldo Trindade, Benedito Guimarães, Wilson Braga, Miguel Rossetto, Luciano Castro, Jovair Arantes, Agnelo Queiroz, Mendonça Filho, Zila Bezerra e Valdomiro Meger.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 1997.



Deputado **ARLINDO VARGAS**  
Vice-Presidente no exercício  
da presidência

## EMENDA ADOTADA - CTASP

Suprima-se a expressão "de Empresas" do inciso III, do Art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, previsto no art. 1º do Projeto de Lei nº 2.775, de 1997.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 1997.



Deputado **ARLINDO VARGAS**  
Vice-Presidente no exercício  
da Presidência

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO****TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS****PROJETO DE LEI Nº 2.775-A/97**

Nos termos do art. 119, caput, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas a partir de 09/09/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 1997

**SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA**  
Secretário

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO****I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 2.775, do nobre Deputado Sandro Mabel, acrescenta, na composição das Juntas Comerciais, Vogal proveniente dos Conselhos Profissionais dos Administradores, nas mesmas condições das categorias dos advogados, dos economistas e dos contadores.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade juntamente com uma emenda supressiva, da expressão "de Empresas".



.O referido Projeto de Lei nº 2.775/97, foi exaustivamente debatido com representantes dos Administradores, especialmente com integrantes dos Conselhos Regionais de Santa Catarina e Goiás, e a sugestão da emenda supressiva partiu dos Conselhos.

Nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação passado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso III, alínea a do Regimento Interno, compete a esta Comissão a análise dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, jurisdição, regimentalidade e técnica legislativa de todas as proposições, e do mérito quando se trata de "registros públicos"( alínea g ).

O referido Projeto de Lei vem ao encontro da melhoria da composição das Juntas Comerciais, ampliando o que prevê a Lei 8.934, de 18 de novembro de 1994, a qual "dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividade afins e dá outras providências", acrescentando mais um especialista na área com a introdução dos **Administradores**.

Em efeito, dispõe o art. 22 da Constituição Federal, que compete à União legislar, privativamente, sobre direito comercial (anexo I) e sobre registros públicos (anexo XXV), através do Congresso Nacional ( art. 48, caput), cabendo a iniciativa a qualquer membro ou Comissão, de quaisquer de suas Casas ( art. 61).

A emenda supressiva do Deputado Milton Mendes veio corroborar e melhorar a iniciativa do autor, pois hoje a carreira de administradores tem uma gama extensa de especialidades, mas todas voltadas para uma melhoria do atendimento da área.



Face ao exposto nosso voto é no sentido da **constitucionalidade, legalidade, juricidade, regimentalidade** do projeto de lei 2.775/97, pela sua aprovação e da emenda supressiva da CTASP, quanto a técnica legislativa a de se fazer pequeno reparo de redação oriundo da lei, conforme emenda em anexo.

Sala das Sessões,

de setembro de 1997.

  
Deputado Aloysio Nunes Ferreira  
Relator

### EMENDA OFERECIDA PELO RELATOR

*Altera a redação do inciso III do art. 12 da ;Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro de Empresas Mercantis e Atividades Afins.*

Art. 1º.....

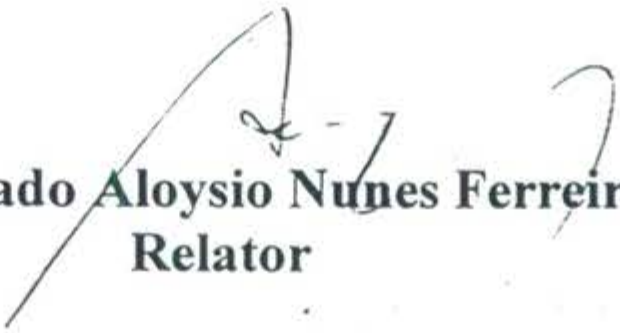
Art. 12º.....

**III - quatro vogais** e respectivos suplentes representando, a classe dos advogados, a dos Economistas, a dos Contadores e a dos



*Administradores* , todos mediante indicação em lista tríplice, do Conselho Seccional ou Regional do Órgão Corporativo **dessas** categorias profissionais.

Sala das Comissões, em      de setembro de 1997.

  
**Deputado Aloysio Nunes Ferreira**  
**Relator**

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 2.775-A/97 e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nos termos do parecer do Relator, Deputado Aloysio Nunes Ferreira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Henrique Eduardo Alves - Presidente, Moisés Bennesby e Marcelo Déda - Vice-Presidentes, Benedito de Lira, Mussa Demes, Ney Lopes, Osmir Lima, Paes Landim, Raul Belém, Vilmar Rocha, Aloysio Nunes Ferreira, Djalma de Almeida César, José Luiz Clerot, Sílvio Pessoa, Alzira Ewerton, Edson Silva, Luiz Máximo, Marconi Perillo, Coriolano Sales, José Genoíno, Matheus Schmidt, Nilmário Miranda, Sérgio Miranda, Adhemar de Barros Filho, Darci Coelho, Gerson Peres, Jarbas Lima, José Rezende, Prisco Viana,



Rodrigues Palma, Vicente Cascione, Nilson Gibson, Pedro Canedo, Jairo Azi, Paulo Gouveia, Vanessa Felipe, Ivandro Cunha Lima, Marquinho Chedid, Zaire Rezende, Celso Russomano, Hélio Bicudo, Marta Suplicy, Pedro Wilson, Luís Barbosa e Jair Bolsonaro.

Sala da Comissão, em 18 de novembro de 1997

  
Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES  
Presidente


EMENDA ADOTADA - CCJR

Dê-se ao inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, proposto pelo Art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"Art. 12 .....

III - quatro vogais e respectivos suplentes representando a classe dos advogados, a dos Economistas, a dos Contadores e a dos Administradores, todos mediante indicação em lista triplíce, do Conselho Seccional ou Regional do Órgão Corporativo dessas categorias profissionais."

Sala da Comissão, em 18 de novembro de 1997

  
Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES  
Presidente



projeto

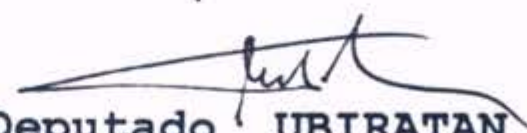
PS-GSE/ 221/98

Brasília, 4 de dezembro de 1998.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 2.775, de 1997, da Câmara dos Deputados, que "Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins", de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

  
Deputado UBIRATAN AGUIAR  
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RONALDO CUNHA LIMA  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
N E S T A

Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. ....

.....

III - quatro vogais e respectivos suplentes representando a classe dos Advogados, a dos Economistas, a dos Contadores e a dos Administradores, todos mediante indicação, em lista tríplice, do Conselho Seccional ou Regional do Órgão Corporativo dessas categorias profissionais;

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 4 de dezembro de 1998.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

17 AGO 10 58 024169

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES  
PROTOCOLO GERAL

Ofício nº 685 (SF)

Brasília, em 16 de agosto de 1999.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que, aprovado sem alterações pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1998 (PL nº 2.775, de 1997, nessa Casa), que “altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências”.

Atenciosamente,

Senador Carlos Patrocínio  
Primeiro-Secretário, em exercício



A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ubiratan Aguiar  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados  
jbs/.

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 18/08/1999, Ao Senhor  
Secretário-Geral da Mesa.

Deputado UBIRATAN AGUIAR  
Primeiro Secretário



OF. nº 334 /99-CN

Brasília, em 9 de setembro de 1999.

Senhor Presidente,

O Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 1.271, de 1999, na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1998 (nº 2.775/97, na Casa de origem), que "Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências".

Esta Presidência, nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a V. Exª a indicação dos membros dessa Casa do Congresso Nacional que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto, remetendo, para tanto, em anexo, autógrafo do projeto vetado, cópia do seu estudo e da mensagem presidencial.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

  
**Antonio Carlos Magalhães**  
Presidente do Senado Federal

Exmº Sr.  
Deputado **Michel Temer**  
Presidente da Câmara dos Deputados





Lote: 75  
Caixa: 143  
PL Nº 2775/1997  
42

|                          |              |
|--------------------------|--------------|
| SECRETARIA-GERAL DA MESA |              |
| Recebido                 |              |
| Orgão: S. Federal        | N.º: 3115/99 |
| Data: 09/09/99           | Hora: 17:50  |
| Ass.: Angela             | Ponto: 349   |

Mensagem nº 1.271

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 58, de 1998 (nº 2.775/97 na Câmara dos Deputados) que “Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior manifestou-se pelo veto ao art. 2º:

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

**Razões do veto**

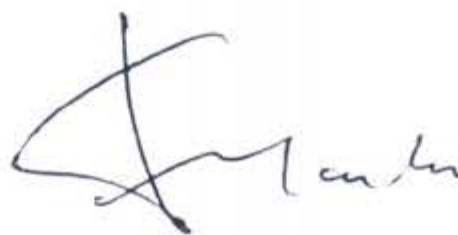
“Mediante esse projeto, busca-se elevar para quatro o número de vogais e incluir, por consequência, representante da classe dos administradores de empresas nas juntas comerciais.

Sendo assim, há necessidade de alteração do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.

Logo, para que não sejam geradas dúvidas ou interpretações conflitantes, quanto à aplicação da Lei, após a sanção do projeto, há que se providenciar a adequação do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, às alterações decorrentes do presente projeto, motivo pelo qual opinamos pelo veto de seu art. 2º, de modo a que a vigência da lei só se dê quarenta e cinco dias após sua publicação (art. 1º, **caput**, da Lei de Introdução ao Código Civil), tempo suficiente para a elaboração e edição das necessárias alterações.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 2 de setembro de 1999.





Sanciono em parte, pelas  
razões constantes da  
Mensagem de veto.  
2/9/99



Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

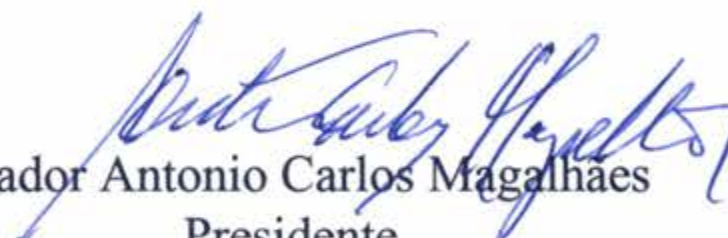
O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - quatro vogais e respectivos suplentes representando a classe dos advogados, a dos economistas, a dos contadores e a dos administradores, todos mediante indicação, em lista tríplice, do Conselho Seccional ou Regional do Órgão Corporativo dessas categorias profissionais;” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 1999



Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

jbs/.

**LEI Nº 9.829 , DE 2 DE SETEMBRO DE 1999.**

Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

**O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º O inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III – quatro vogais e respectivos suplentes representando a classe dos advogados, a dos economistas, a dos contadores e a dos administradores, todos mediante indicação, em lista tríplice, do Conselho Seccional ou Regional do Órgão Corporativo dessas categorias profissionais;” (NR)

Art. 2º (VETADO)

Brasília, 2 de setembro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.





**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 1998**  
(nº 2.775/97, na Casa de origem)

EMENTA: Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

AUTOR: DEP. SANDRO MABEL

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 6.3.97 - DCD Seção I de 22.2.97

COMISSÕES:

Trab. Adm. e Serv. Público

Const., Just. e Redação

RELATORES:

Dep. Milton Mendes

Dep. Aloysio Nunes Ferreira

Dep. Nilson Gibson  
(Redação Final)

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL

Através do Ofício PS-GSE/Nº 221, de 4.12.98

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 7.12.98 - DSF de 8.12.98

COMISSÕES:

Assuntos Econômicos

Diretora

RELATORES:

Sen. Ramez Tebet  
(Parecer nº 368, de 1999)

Sen. Nabor Júnior  
(Parecer nº 508, de 1999 - Redação Final)

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Através da Mensagem SF nº 145, de 16 de agosto de 1999

## VETO PARCIAL

**MENSAGEM Nº 199-CN**

(nº 1.271/99, na origem)

PARTE SANCIONADA: Lei nº 9.829, de 2/9/99

D.O.U. de 3/9/99

PARTE VETADA:

- art. 2°.

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:

## SENADORES

DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:



**SGM/P** 991/99

Brasília, 17 de setembro de 1999.

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício CN/Nº 334, de 09 de setembro de 1999, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei os Senhores Deputados **ENIVALDO RIBEIRO, LUCIANO CASTRO E LUCIANO BIVAR**, para integrarem a Comissão Mista incumbida de relatar o veto ao Projeto de Lei nº 2.775, de 1997, que "Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades e dá outras providências".

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.

Atenciosamente,



**MICHEL TEMER**  
**PRESIDENTE**

Excelentíssimo Senhor  
Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**  
DD. Presidente do Senado Federal  
N E S T A

**SGM/P** 992/99

Brasília, 17 de setembro de 1999.

Senhor Deputado,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência sua designação para integrar a Comissão Mista incumbida de relatar o veto ao Projeto de Lei nº 2.775/97, que "Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades e dá outras providências".

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.

Atenciosamente,



**MICHEL TEMER**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **ENIVALDO RIBEIRO**  
Gabinete nº 840, anexo IV  
N E S T A





# Diário Oficial

IMPrensa Nacional

BRASÍLIA — DF

 REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO CXXXVII - Nº 170

SEXTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 1999

NÃO PODE SER VENDIDO  
SEPARADAMENTE

## Sumário

|                                                                    | PÁGINA |
|--------------------------------------------------------------------|--------|
| TOS DO PODER LEGISLATIVO .....                                     | 1      |
| TOS DO PODER EXECUTIVO .....                                       | 2      |
| RESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (*) .....                                  | 9      |
| INSTITUTO DA JUSTIÇA (*) .....                                     | 10     |
| INSTITUTO DA FAZENDA (*) .....                                     | 16     |
| INISTÉRIO DOS TRANSPORTES (*) .....                                | 19     |
| INISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (*) .....              | 19     |
| INISTÉRIO DA CULTURA (*) .....                                     | 19     |
| INISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (*) .....                          | 20     |
| INISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E                          |        |
| OMÉRCIO EXTERIOR (*) .....                                         | 24     |
| INISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (*) .....                             | 25     |
| INISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (*) .....            | 33     |
| INISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (*) .....                               | 39     |
| ATIVIDADES DE FISC. DO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES LIBERAIS (*) ..... | 40     |
| PODER JUDICIÁRIO (*) .....                                         | 40     |
| DICE .....                                                         | 42     |

) N. da DIJOF: órgãos sujeitos à publicação no caderno eletrônico.

## Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 9.829, DE 2 DE SETEMBRO DE 1999.

Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Art. 1º O inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - quatro vogais e respectivos suplentes representando a classe dos advogados, a dos economistas, a dos contadores e a dos administradores, todos mediante indicação, em lista tripartite, do Conselho Seccional ou Regional do Órgão Corporativo dessas categorias profissionais;" (NR)

Art. 2º (VETADO)

Brasília, 2 de setembro de 1999; 178ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Pedro Malan  
Clovis de Barros Carvalho

LEI Nº 9.830, DE 2 DE SETEMBRO DE 1999.

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a ligação rodoviária Bragança (PA) - Itaúna (MA) na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Art. 1º Inclui-se no item 2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, o seguinte trecho rodoviário:

"2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal

| BR | Pontos de Passagem                                                                                                                                      | Unidades da Federação | Extensão (km) | Superposição BR | Km  |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------|-----------------|-----|
|    | Belém - Capanema - Bragança - Vizeu - Carutapera - Turiaçu - Madragoa - Cururupu - Mirinzal - Joaquim Antônio - Bequimano - Entronc. MA - 106 - Itaúna. | PA-MA                 | 644           | 316             | 199 |

Parágrafo único. Integram esta Lei as informações sobre as características físicas do trecho rodoviário e o mapa de localização constantes do Anexo.

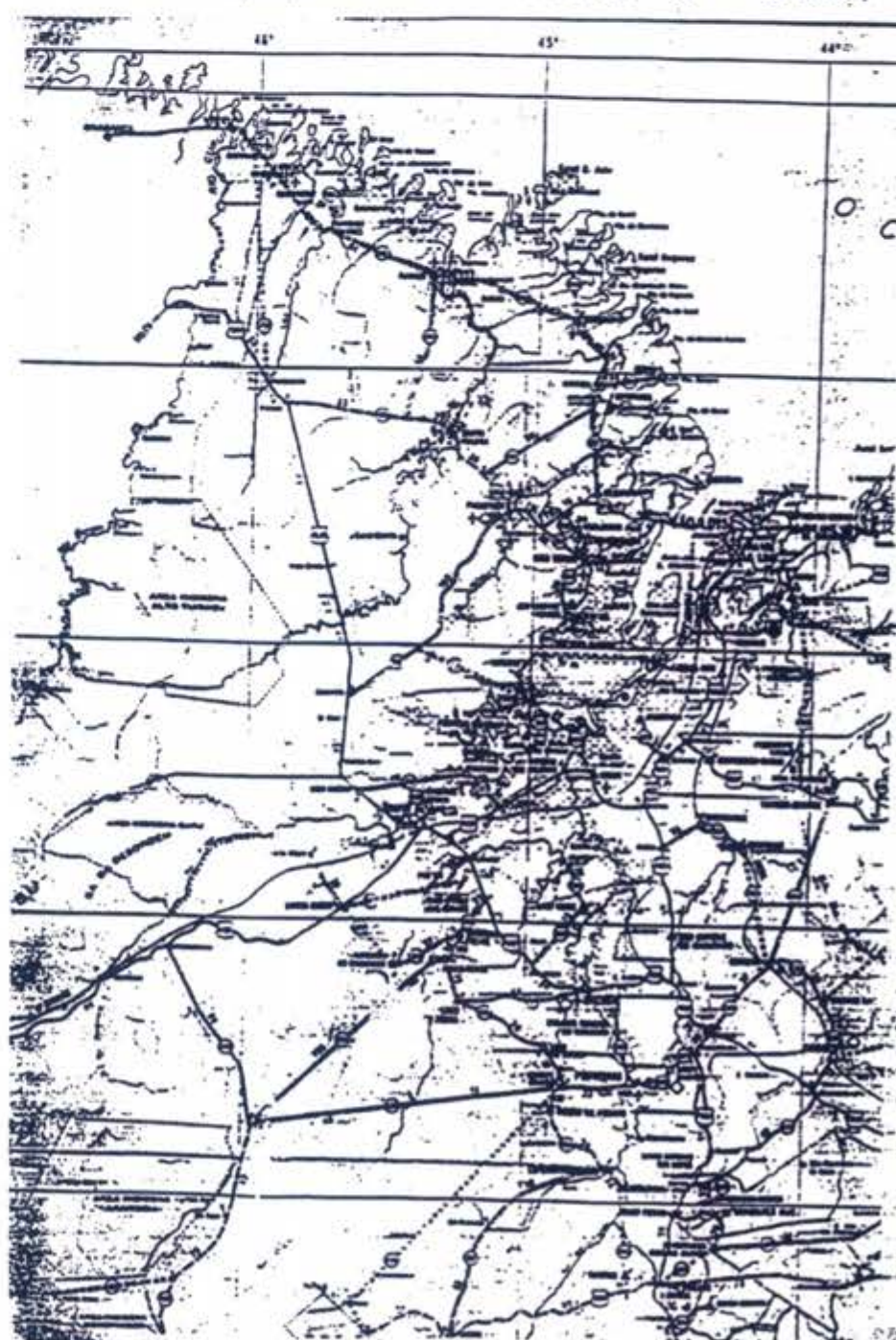
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de setembro de 1999; 178ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Eliseu Padilha

Anexo

(Art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 9.830, de 2 de set de 1999.)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

22 AGO 11 53 017349

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES  
PROTOCOLO GERAL


Ofício nº 231 (CN)

Brasília, em 21 de agosto de 2000.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada no dia 9 de agosto do corrente ano, manteve o veto parcial apostado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1998 (PL nº 2.775, de 1997, na Câmara dos Deputados), que “altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que “dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências”.

Atenciosamente,

  
Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente



A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Michel Temer  
Presidente da Câmara dos Deputados  
jbs/plc98058vp





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## **PROJETO DE LEI Nº 2.775-A, DE 1997 (DO SR. SANDRO MABEL)**

Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

### **SUMÁRIO**

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do Relator
  - emenda oferecida pelo Relator
  - parecer da Comissão
  - emenda adotada pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**PROJETO DE LEI Nº 2.775-B, DE 1997**  
(DO SR. SANDRO MABEL)

Altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

**S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II- Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- Termo de recebimento de emendas
- Parecer do Relator
- Emenda oferecida pelo Relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão

III- Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- Parecer do Relator
- Emenda oferecida pelo Relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão